

Título do capítulo INFLAÇÃO, ACESSO A SERVIÇOS
FINANCEIROS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Autores (as) Marcelo Neri

DOI

Título do livro O Brasil no fim do século: desafios e propostas
para ação governamental

Editor (es)

Volume

Série

Cidade

Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano 1994

Edição 1ª

ISBN

DOI

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1994

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Inflação, Acesso a Serviços Financeiros e Distribuição de Renda

Marcelo Neri*

Em 1992, o imposto inflacionário correspondia a cerca de US\$ 8,5 bilhões, ou seja, aproximadamente 2,7% do PIB. Se adicionarmos os US\$ 6 bilhões correspondentes às transferências inflacionárias em direção aos bancos, o total dessas transferências pagas ao governo e bancos estatais e privados corresponderá a cerca de 4,2% do PIB. Esta nota analisa em que medida a diferenciação do acesso às sofisticações financeiras da economia por nível de renda implica uma incidência regressiva do imposto inflacionário.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que mesmo num ambiente em que todos os agentes têm acesso aos mesmos serviços financeiros, as perdas do imposto inflacionário tendem a ser regressivas, pois os agentes de renda mais alta conseguem diluir mais facilmente os custos unitários de suas transações. Essas economias de escala levam a uma concentração “voluntária” de moeda, sujeita às perdas inflacionárias, nas camadas mais pobres da população.

As práticas bancárias brasileiras recentes, por sua vez, impõem restrições de preço e de quantidade que tendem a ser relaxadas à medida que o nível de renda individual aumenta. Ou seja, os bancos reforçam a tendência a maior eficiência financeira das faixas de renda mais altas. Em termos de restrições de preço, as taxas de juros das aplicações financeiras tendem a variar positivamente com os montantes das aplicações de curto prazo. Cumulativamente, os custos transacionais unitários são em geral inferiores

* Da Universidade Federal Fluminense, atualmente pesquisador visitante da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

para os indivíduos com maiores saldos médios. Tal diferenciação é feita por intermédio de cartões preferenciais que dão acesso a menores filas nos bancos, a caixas eletrônicos, atendimento telefônico etc.

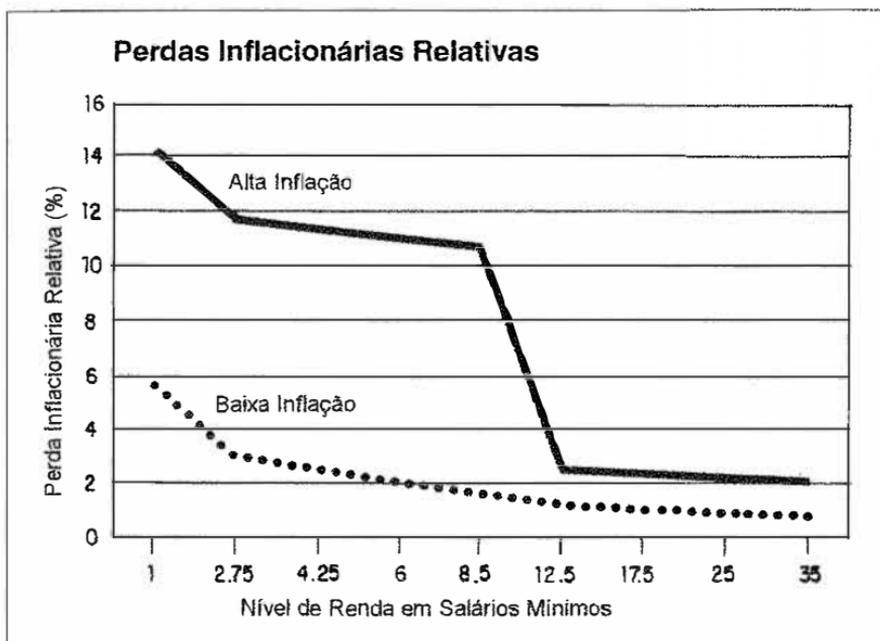
De todos os fatores limitadores da agilidade financeira das camadas mais pobres da população, o mais importante é a imposição de pisos mínimos de renda (ou de saldo médio) pelos bancos para a abertura de aplicações de curto prazo, pois, num ambiente de alta inflação, a questão fundamental não é obter uma taxa de juros um pouco mais alta nas aplicações financeiras mas evitar a taxa de juros real extremamente negativa dos ativos monetários. Estas restrições decorrem de limitações impostas pelo governo quanto aos preços cobrados pelos serviços bancários. Ou seja, os bancos, impossibilitados de discriminar via preço as pequenas aplicações, que são menos lucrativas pela existência de custos fixos, acabam por racionar nas quantidades.

A fim de avaliar as perdas decorrentes da incidência do imposto inflacionário, apresentamos abaixo simulações do modelo desenvolvido em Neri (1990).¹ Este modelo segue a linha determinística de estoque Baumol-Tobin, no qual os indivíduos escolhem o número de viagens às lojas e aos bancos — e, conseqüentemente, os seus respectivos estoques de moeda, aplicações de curto prazo e bens de consumo — de forma que otimizem o lucro financeiro de curto prazo.

Apresentamos no gráfico a seguir uma simulação das perdas inflacionárias relativas (isto é, prejuízo financeiro/renda) para dois cenários de inflação: alta inflação (40% ao mês) e baixa inflação (4% ao mês). O objetivo desta simulação é avaliar o impacto de uma queda brusca da inflação sobre o poder de compra de indivíduos de níveis de renda diferenciados.

As curvas de perdas inflacionárias relativas presentes na figura apresentam uma relação inversa entre perdas inflacionárias relativas e nível de renda. Esta relação se dá em função da maior eficiência financeira dos indivíduos de renda mais alta. Observamos, até três salários mínimos, uma forte sensibilidade das perdas inflacionárias a aumentos de renda. Entretanto, o aspecto que mais salta aos olhos é a quebra apresentada nas perdas inflacionárias relativas referentes ao contexto de alta inflação. Esta quebra se dá no nível de renda exigido para a abertura de aplicações de financeiras de curto prazo (isto é, 10 salários mínimos). Em contraste, a curva de perdas inflacionárias relativas no cenário de baixa inflação apresenta um formato

1 Ver Neri, Marcelo. O Imposto inflacionário e o poder de compra das unidades familiares: um modelo aplicado aos planos cruzado e verão. *Revista Brasileira de Economia*, mar. 1990.



mais suave em função da irrelevância da restrição de acesso às aplicações de curto prazo neste cenário.

A simulação acima aponta para um ganho de renda em torno de 9%, proporcionado pela queda de inflação às camadas mais pobres da população, desprovidas de mecanismos antiimposto inflacionário. O aumento do poder de compra dos grupos com acesso às aplicações de curto prazo é de apenas 1%. Isto implica que uma redução drástica e permanente dos patamares inflacionários brasileiros pode dar uma importante contribuição às políticas de alívio de pobreza a serem implementadas no futuro.